

DISCURSOS E PRÁTICAS EM TORNO DA QUESTÃO AMBIENTAL NO CAPITALISMO

Gisele Oliveira Alcantara¹

Janete Luzia Leite²

RESUMO

Os impactos ao meio ambiente provocados pelo avanço do capitalismo levaram à eclosão de organizações ambientalistas, com direções político- sociais distintas diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este texto objetiva captar as convergências e divergências existentes entre as diferenciadas correntes ambientalistas, tendo em vista compreender a origem e a finalidade que circunscrevem o surgimento e o evoluir da Responsabilidade Socioambiental (RSA). Adotamos a categoria marxiana da totalidade como orientação teórica e o método dialético como caminho metodológico para a superação da imediaticidade dos discursos e práticas presentes na RSA. Demonstramos que o processo de conformação dos conceitos e discursos em torno do desenvolvimento sustentável se consubstancia na trajetória de apropriação, pelo capital, de um movimento que nasceu como questionamento ao modelo capitalista e concluímos que a RSA passou a ser justificadora desse mesmo processo produtivo, mascarado na pele do “capitalismo verde e social”, com medidas paliativas, que tiram de cena as verdadeiras razões das questões ambientais e sociais.

Palavras-chave: Correntes de pensamento ambientalista; Responsabilidade Socioambiental; Capitalismo.

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

ABSTRACT

The impacts to the environment caused by Capitalism advance led to an outbreak of environmental organizations, with different political-social directions in front of the development of the capitalist production mode. This paper aims to notice the convergences and divergences among the different environmentalist currents, considering understanding the origin and the purpose that limits the appearance and the evolving of the Social-Environmental Responsibility (RSA). We adopted the Marxian category of totality as theoretical orientation and the dialectical method as methodological way to surpass the immediate speeches and practices presents in the RSA. We will demonstrate that the concepts configuration process and speeches about the sustainable development it is substantiated in the appropriation trajectory, by the capital, of a movement that was born as a questioning to capitalist model and we concluded that the RSA passed to be a justifier of this productive process, masked in the “green and social capitalism” skin, with palliative measures, which took out from the scene the true reasons of social and environmental issues.

Keywords: Environmentalist thinking current; Social-Environmental Responsibility; Capitalism.

Introdução

A forma de relação do homem com a natureza configura contornos diferentes em cada época e lugar, apoiada por variados valores e concepções.

Cada modo de produção forja uma maneira particular de relação do homem com a natureza e a particularidade do capitalismo sustenta-se por uma produção ilimitada, voltada para o lucro, e não para a satisfação das necessidades humanas.

O avanço do capitalismo provocou impactos ao meio ambiente que despertaram na sociedade a preocupação com a preservação da natureza, inicialmente de maneira romântica e despolitizada.

Todavia, as diversas transformações operadas na dinâmica do capitalismo, a ocorrência de acidentes industriais ampliados, e a iminência de uma guerra nuclear estimularam uma visão mais crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado no capitalismo e com suas repercussões para o meio ambiente e para as pessoas. Houve, então, a eclosão de uma pluralidade de pensamentos e organizações ambientalistas, com direções político-sociais distintas em torno das formas de proteção ambiental concomitante ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

É mister esclarecer que os movimentos ambientalistas ou ecológicos mantêm pensamentos e ações diferenciados, tendo surgido em lugares e tempos diferentes e, em geral, por motivos diversos. São frutos de questões locais que levaram as pessoas a compreenderem os efeitos mais imediatos da poluição, da caça ou da perda das florestas, impulsionando os indivíduos a formarem grupos que deram origem a coalizões, que se transformaram em movimentos nacionais e internacionais. O progresso da pesquisa científica, o crescimento da mobilidade populacional e pessoal, a intensificação da indústria, mudanças mais amplas nas relações econômicas e sociais, exerceram níveis variados de influência para a emergência de problemáticas que extrapolam largamente a área das Ciências da Terra, impactando medularmente as disciplinas relacionadas ao Social.

Este texto objetiva captar as convergências e divergências existentes entre as diferenciadas correntes ambientais, tendo em vista compreender a origem e a finalidade que estão implícitos nos discursos e práticas atuais em torno da proteção ambiental.

O desenvolvimento deste estudo adotará a categoria marxiana da totalidade como orientação teórica, partindo do pressuposto de que a atual fase capitalista resulta da interação das diversas determinações que nela se desenvolveram, contendo traços do passado e do presente que se combinam e interagem, constituindo um complexo que também se configura nas práticas e discursos em torno da Responsabilidade Socioambiental (RSA).

Como metodologia, a aplicação do método dialético ao estudo da vida social permite captar a historicidade no interior mesmo do objeto estudado, com a intenção de compreender as condições que determinam os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas potencialidades e particularidades (PONTES, 2007).

O método dialético expressa um caminho metodológico para a superação da imediaticidade do real a partir de aproximações sucessivas por meio da mediação, que se traduz no movimento do pensamento no que diz respeito a articulação entre as categorias ou entre níveis de conhecimento com complexidades diferentes.

Seguindo tal orientação metodológica, os discursos e práticas em torno da RSA funcionam como uma mediação entre traços passados das correntes ambientais surgidas no século XIX, suas inflexões e renovações a partir dos movimentos socioambientais do Novo Ecologismo dos anos 1960 e 1970, e a nova configuração que o capitalismo outorga às preocupações com o meio ambiente na atualidade.

Tal perspectiva remete a olhar para Responsabilidade Socioambiental de forma crítica, examinando os objetivos e interesses que estão por trás do marketing e do modismo em se defender que as bases para um futuro comum sustentável estão na satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. O que vem escamotear a manutenção de um modo de produção pautado na exploração do homem e da natureza.

I. As correntes ambientalistas

Ao longo do século XX ocorreram várias mudanças, dentre as quais se destacam o crescimento da população mundial (acompanhado da urbanização cada vez mais crescente), o avanço da mundialização do capital³ e o crescimento da economia.

No entanto, até início do século XIX havia, na Europa, uma valorização da apropriação, exploração e domesticação da natureza, sem nenhum questionamento quanto aos impactos socioambientais causados por estas atividades⁴.

Com o avanço da industrialização e a aceleração da urbanização, a vida nas cidades, antes valorizada, passou a ser criticada pela poluição do ar que o ambiente fabril provocava (DIEGUES, 2002). Esse cenário impulsionou o aparecimento de correntes de proteção à natureza, da vida selvagem e dos animais. Todavia, estas não traziam uma crítica à estrutura do modo de produção⁵, mas ecoavam o tom de defesa do meio ambiente no âmbito do desenvolvimento econômico em curso, partindo de uma visão romântica da natureza, como se esta fosse o paraíso perdido. Somente a partir da segunda metade do século XIX gestou-se um movimento mais conciso de preocupação com a natureza, com a criação dos primeiros grupos dos protecionistas, dos preservacionistas e dos conservacionistas.

3 Chesnais (2000) faz uma crítica ao termo globalização, entendendo-o como propagador da ideologia dominante, encoberta sob o discurso da unificação dos povos e das nações, que acaba por naturalizar e ocultar as desigualdades sociais – tese com a qual concordamos.

4 Os conflitos pelo meio ambiente são anteriores à conscientização ecológica dos ambientalistas ativistas, em decorrência de variados incidentes e acidentes ocorridos, como as lutas dos trabalhadores nas fábricas de carvão, mobilizando a atenção pública para a contaminação por dióxido de enxofre advinda da fumaça das chaminés – vista a olhos nus, o que levou as fábricas da Alemanha, já em 1890, a construir chaminés cada vez mais altas, a fim de disseminar a poluição e dificultar a identificação de sua origem (ALIER 2004).

5 Segundo Alier (2004), o ambientalismo ou ecologismo eclode como reação ao crescimento econômico. Contudo, nem todos os ambientalistas se opuseram a este crescimento; antes, até o apoiaram, sob uma visão utilitarista, segundo a qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia.

As correntes preservacionistas e conservacionistas constituíam-se nas duas propostas de proteção ambiental predominantes nos Estados Unidos (EUA) no século XIX, propagando-se para o mundo inteiro.

Os protecionistas surgiram na Europa em 1860, a partir da intensificação da indústria e da agricultura, levando a Inglaterra a adotar uma política de proteção face à extinção de algumas espécies animais. A corrente protecionista volta-se para os problemas de proteção e defesa da vida animal e da vida selvagem. Nas colônias europeias daquela época, como a América do Norte, Austrália e África do Sul, a proteção e a conservação surgiram como uma forma de controle político e administrativo da metrópole, que não mais permitia a exploração irrestrita dos recursos naturais (SOUZA, 2008).

Os ideais do movimento preservacionista, sob uma visão ecocêntrica, defendiam que determinadas áreas fossem preservadas de qualquer utilização que não fosse recreativa ou educacional, tendo por objetivo a manutenção de uma natureza estética (DIEGUES, 2002; COMIN VARGAS, 1998). Nessa direção, foram criados parques públicos – chamados *Wilderness* (vida natural/selvagem) nos EUA – em grandes áreas de preservação não habitadas (em geral, decorrentes do extermínio de índios pela expansão do capitalismo estadunidense), destinados às populações urbanas como locais de recreação para alívio da tensão causada pela urbanização crescente.

Já o surgimento da corrente conservacionista ocorreu por volta de 1890, quando a modernização da agricultura estadunidense e a expansão industrial evidenciaram os seus custos sociais e ambientais, o que resultou na preocupação crescente com a proteção ambiental (DIEGUES, 2002).

Ao contrário das ideias de preservação das florestas por meio de parques, os conservacionistas propugnavam a existência ilimitada dos recursos naturais (que imperou durante todo o século XIX), e defendiam que o manejo dos recursos naturais podia acelerar o processo natural de sua reprodução e torná-los mais eficientes. A corrente conservacionista baseava-se em uma visão antropocêntrica, segundo a qual o progresso significava o crescimento e a conquista da natureza. (COMIN VARGAS, *Op. cit.*).

Esta corrente buscava a redução dos resíduos e a eficiência na exploração e consumo dos recursos naturais, visando assegurar a produção máxima. Seus três

princípios fundamentais balizaram as ideias do desenvolvimento sustentável: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a preservação do desperdício; e o uso dos recursos naturais para a maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2002, p. 29). As ideias conservacionistas frequentemente foram divulgadas em um tom de moralidade, mantendo-se contrárias aos interesses dos monopólios e defendendo a livre concorrência frente a um cenário de expansão do capitalismo concorrencial no século XIX.

No período que Hobsbawm (1995) chamou de a Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois do final da 2ª Guerra Mundial –, os movimentos protecionista, preservacionista e conservacionista não tiveram tanta repercussão e visibilidade devido ao cenário de devastação dos países, cuja atenção estava voltada para a defesa de seus territórios e para o confronto armado.

Na primeira metade do século XX, o crescimento populacional nos Estados Unidos resultou na intensa ocupação territorial, adensando as preocupações com a proteção ambiental em torno da eficiência quanto ao uso dos recursos e da beleza dos ambientes para suprir as tensões das áreas urbanas. Tais preocupações refletiam, respectivamente, as ideias conservacionistas e preservacionistas.

O lapso temporal entre o término da 2ª Guerra Mundial e o início dos anos 1970 se caracterizou por um crescimento explosivo da economia mundial, com pleno desenvolvimento de novas tecnologias, sobre as quais o homem não tinha muito domínio e nem a previsibilidade das possibilidades da ocorrência de catástrofes.

O setor de mineração marcou a época pelos inúmeros acidentes que ocasionou. Além disso, o crescimento da exploração do petróleo no mundo veio acompanhado de alguns desastres envolvendo sua operação e transporte (PORTO & FREITAS, 2006).

Os citados acidentes, ao lado de muitos outros, marcaram a década de 1960 pela ocorrência de calamidades ambientais, as quais foram divulgadas pela mídia, aumentando a sensibilidade pública para os prejuízos causados pela ação do homem ao meio ambiente e para a maior compreensão das implicações da poluição (McCORMICK, 1992). Nesse mesmo período, a discussão sobre a previsão do esgotamento dos recursos naturais, da guerra nuclear e da superpopulação provocaram uma tensão sobre o futuro da humanidade.

A degradação ambiental passou a ser mais evidente, provocando o aparecimento de um “novo ecologismo”⁶ nos anos 1960, como movimento de crítica à sociedade tecnológico-industrial, fosse ela capitalista ou socialista.

O movimento emergente tinha um cunho político, defendendo que a degradação e a catástrofe ambiental somente poderiam ser evitadas frente a uma mudança radical nos valores e instituições das sociedades industriais. Não se tratava de uma organização homogênea, mas representava um conjunto de organizações e indivíduos com motivações e tendências variadas.

O *novo ecologismo* nasceu, assim, como uma bandeira de luta no cerne das reivindicações estudantis, nos EUA e na Europa, pois os avanços científicos da biologia e demais áreas ligadas ao meio ambiente, assim como acontecimentos sociais e políticos intensificaram o ativismo público da época em torno dos direitos das minorias, do antimilitarismo, do movimento negro e da massa de estudantes dos países desindustrializados, entre outras questões, com destaque para a resistência ao desenvolvimento da energia nuclear, vinculada à preocupação sobre os perigos da radiação relacionada com a sua utilização militar e civil (McCORMICK, 1992; COMIN VARGAS, 1998; DIEGUES, 2002; ALIER, 2004).

O novo ecologismo se diferencia dos movimentos anteriores por sua dinamicidade, por centrar-se na humanidade e em seus ambientes, distanciando-se tanto das visões ecocêntricas e morais, em que o centro da preocupação era o ambiente não humano, quanto das concepções utilitaristas em defesa do uso racional dos recursos naturais (McCORMICK, *Op. cit.*).

O ecologismo dos Estados Unidos teve a influência das inspirações *hippies* de contracultura da década de 1970, que responsabilizavam a tecnologia da modernidade pela crise do meio ambiente, a exemplo do uso de pesticidas e da questão populacional. A França também foi influenciada pelo movimento *hippie*, com a defesa da criação de ilhas ideais com práticas ecologicamente sadias, baseadas no modelo das comunidades da Califórnia. Esse movimento defendia uma espécie de retorno às comunidades rurais e aos modelos das sociedades primitivas como

6 Alguns autores, como McCormick (1992), denominam o referido movimento de *novo ambientalismo*.

solução para os problemas ecológicos (DIEGUES, *Op. cit.*; ALIER, *Op. cit.*)⁷.

No mesmo período, os movimentos ecológicos existentes se unificaram em torno da contraposição aos riscos inerentes às centrais nucleares e à contaminação química, mas, logo em seguida, separaram-se pela emergência de diversos segmentos ambientalistas que possuíam uma visão própria sobre a natureza e suas formas de apropriação pelo homem.

Essas diferentes concepções são tratadas por Diegues (2002) a partir das características das principais escolas do pensamento ecológico vigentes na atualidade: a Ecologia Profunda, a Ecologia Social, e o Ecosocialismo/Marxismo.

A escola da *Ecologia Profunda* – herdeira do preservacionismo do século XIX – teve início na Noruega, em 1972, buscando ultrapassar a ecologia como simples ciência e alcançar um nível mais profundo de consciência ecológica, uma vez que defende a preservação da natureza por ela própria, independente de reserva de áreas protegidas. Segundo Comin Vargas (1998), as principais críticas a esta corrente devem-se ao fato de esta ignorar que os problemas ecológicos possuem origem social.

Para os *Ecologistas Sociais*, não foi a tecnologia que criou os problemas ambientais existentes; apenas os ampliou. A causa da degradação ambiental decorre do sistema capitalista, baseado na competição, e não nas necessidades dos seres humanos, divididos em grupos diferenciados: pobres e ricos; jovens e velhos; negros e brancos. Considerados anarquistas utópicos, propõem a construção de uma sociedade democrática baseada na propriedade comum e descentralizada, sem Estado e instituições hierárquicas, e com a utilização das tecnologias sempre a serviço do homem (DIEGUES, *Op. cit.*). Essa escola segue uma visão ecocêntrica, defendendo a integridade da biosfera como um fim em si mesmo.

7 No Brasil, ao lado dos movimentos ambientais de cunho mais urbano, estavam presentes, na década de 1960 e 1970, os movimentos dos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas que convivem e dependem dos frutos da natureza, mas têm sua sobrevivência afetada por grileiros, pelas madeireiras e pelo agro e hidronegócio. Povos estes que, ao lado de outros setores populacionais, adoecem em função da exposição a substâncias perigosas têm em comum o fato de serem vítimas de um modelo de desenvolvimento econômico marcado pela injustiça ambiental e social (PORTO & FREITAS, 2006).

Já o *Ecosocialismo/Marxismo* nasceu nos anos 1960, relacionado ao movimento de crítica interna do marxismo clássico em suas concepções sobre o mundo natural, uma vez que, segundo seus idealizadores, Marx apenas considerava a ação transformadora do homem no processo de trabalho, subjugando a natureza a uma posição estática, considerando-a como componente da força produtiva, que deveria ser desenvolvida ilimitadamente⁸. Dentre os autores que partilham essa ideia destacam-se Hobsbawm, Gulteman, Skibberg e Moscovici.

Segundo Herculano (2006), o Ecosocialismo/Marxismo ou Ecologismo dos Pobres (nos termos de Alier, 2004) concebe que os conflitos socioambientais derivam da estrutura da economia capitalista contemporânea, cuja lógica do crescimento a todo custo se contrapõe à preservação do meio ambiente e formas de vida social não capitalistas, mas que acabam sendo incorporadas às áreas de expansão em produção, como é o caso das aldeias indígenas.

Para essa corrente, há um conflito inerente entre economia e ecologia, à medida que há riqueza acumulada e desenvolvimento tecnológico, em contraste com a disseminação da pobreza e da degradação ambiental que os acompanham. O fim

8 É preciso considerar que Marx foi contemporâneo de uma época do modo de produção capitalista em que a questão ambiental ainda não se conformava como problemática mundial, restringindo-se apenas a alguns grandes centros industriais. Para Marx, a natureza deveria beneficiar a humanidade de maneira coletiva, mas isso não significa que seus escritos possuíssem uma defesa ecológica (WALDMAN, 2002), apesar de a sua formulação de metabolismo social se referir a troca material dinâmica e complexa entre a sociedade e a natureza a partir da mediação do trabalho humano. Desta forma, Marx considerava tanto as condições impostas pela natureza quanto a capacidade de os homens interferirem naquela, afirmando que ao transformar a natureza por meio do trabalho, o homem a modifica e transforma a si mesmo (FOLADORI, 2001). Para Foster (2005), Marx e Engels viam a superação da contradição entre cidade e campo como condição de superação da alienação da humanidade em relação à natureza, na medida em que tal cisão ocorre com o desenvolvimento do capitalismo, que separa os homens de seus meios de vida. Foladori (*Op. cit.*), Foster (*Op. cit.*) e Chesnais & Serfati (2003) chamam atenção, ainda, para a discussão relacionada à questão da renda do solo enunciada por Marx, reconhecida como fundamental para as análises sobre o meio ambiente, pois servem para explicar que as consequências ambientais atuais no quadro da economia mundializada e sob a hegemonia do capital financeiro estavam presentes desde os fundamentos da propriedade privada no capitalismo.

do sistema capitalista seria a solução para tal conflito, e as lutas socioambientais são o instrumento de construção de uma outra sociedade em uma perspectiva ecossocialista.

Embora o ecossocialismo não seja somente marxista, tem no marxismo sua base, pois analisa a apropriação dos recursos naturais e o confronto de seu valor de uso e seu valor de troca por meio da luta desigual entre capitalistas e as demais populações, como indígenas, camponeses e extrativistas. Ademais, essa corrente considera também a distribuição espacial desigual dos impactos ao meio ambiente urbano e da pobreza das periferias.

2. A refuncionalização do discurso ambiental pelo capitalismo

No marco do imperialismo, a busca pelo crescimento é uma constante no discurso das instituições políticas e econômicas dominantes e embriaga os países dependentes no afã dessa empreitada, que é vista como a solução de todos os problemas mundiais.

A questão ambiental somente se torna problemática para o capital quando impede ou cria obstáculos às formas de apropriação da natureza historicamente realizadas no modo de produção capitalista (ALCANTARA & LEITE, 2011).

O crescimento econômico, apesar de ser propalado pelos discursos governamentais como a saída para os problemas, vem demonstrando ser a fonte destes, derivando em crises, limites financeiros e barreiras ecológicas.

Esses limites se estabelecem como um ponto de atenção que nem sempre é considerado pelos teóricos neoclássicos do capitalismo. Antes, observa-se o capital revertendo os entraves derivados da escassez de recursos naturais, da produção dos resíduos industriais, da obsolescência programada das mercadorias e da degradação do meio ambiente em benefício da acumulação privada, como elementos de valorização do capital.

O capitalismo se reestruturou, não obstante os questionamentos e pressões sociais frente a sua forma predatória de exploração da natureza e do homem, utilizando as demandas acerca das questões ambientais e sociais para redirecionar seus rumos e garantir sua legitimidade e continuidade como modo de produção

dominante.

Atualmente, as instituições capitalistas estão se apropriando das bandeiras de luta e reivindicação em torno da preservação do meio ambiente, assumindo o discurso da “Responsabilidade Socioambiental” como estratégia ideológica de manipulação da opinião pública para a manutenção da ordem capitalista sem maiores questionamentos, desvencilhando-se da necessidade de alterar as formas estruturais do modelo de dominação vigente na sociedade.

Nos anos 1970, tragédias como o vazamento de petróleo na costa da França e a mortandade de peixes na Suécia impulsionaram as preocupações internacionais em relação ao cenário ambiental da época (VASCONCELLOS, 2007), o que culminou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972.

Em 1973 o canadense Maurice Strong propôs o conceito de *ecodesenvolvimento* como uma concepção alternativa de política por meio da utilização prudente dos recursos naturais, da defesa da diversidade étnica e da biodiversidade locais de cada região com a participação da população envolvida (LEFF, 2006; ANDRADE, 2000). Esta concepção inicialmente destinava-se às regiões empobrecidas da América Latina, Ásia e África, relacionando subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. Apesar de ter uma “sobrevida” relativamente curta nas discussões mundiais, serviu de base para a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável elaborado na década seguinte.

O princípio da sustentabilidade, reconhecendo a natureza como condição e potencial para o processo produtivo, recebe sustentação em 1987, quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou, por solicitação do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Relatório *Nosso Futuro Comum*, também chamado *Relatório Brundtland*, que conceituou o desenvolvimento sustentável como “[aquele] que preenche as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de preencherem suas próprias necessidades” (ONU, 1988 *apud* AMARAL, 2004, p. 16).

Todavia, Andrade (*Op. cit.*) defende que o referido relatório significou uma espécie de recuo ou ecletismo diante das propostas radicais de desenvolvimento autossustentado da já citada vertente ecodesenvolvimentista e, por isso, o conceito de desenvolvimento sustentável da ONU tornou-se funcional para o discurso

e os projetos neoliberais dos setores bancários e governamentais.

A partir dos anos 1980, o discurso neoliberal apropriou-se da sustentabilidade como mecanismo para escamotear as causas econômicas dos problemas ecológicos. Dessa maneira, a sustentabilidade erige-se a partir da defesa do controle da natureza pelo capital para a sua preservação, encobrindo o fato de a degradação ambiental também se colocar como limite ao crescimento econômico.

O centro dos debates sociais, em nível local e internacional, passou a ser a sustentabilidade a ser alcançada a qualquer custo, com a assunção dos governos, da população e também da intelectualidade. Assim, “(...) colocar-se contra uma política tida como de sustentabilidade é como se colocar contra a própria vida do planeta (...)” (VASCONCELLOS, 2007, p. 134).

Há, dessa forma, uma grande confusão entre ecologia, ambientalismo e outros movimentos ambientalistas, com a concentração das atenções para o meio-ambiente externo ao processo produtivo e, conseqüentemente, com a subordinação e secundarização da discussão sobre o trabalho e os modelos produtivos e de organização econômico-social, despolitizando os debates e diminuindo as pressões sobre o capital. Na prática, o tônus da questão traduz-se pela premissa de que somente o meio ambiente deve ser alterado, assegurando a invariabilidade do processo capitalista.

Esse cenário conduz à construção de alternativas para assegurar o processo de reprodução capitalista por meio da implantação de novas formas de organização do trabalho, a exemplo da adoção de novas tecnologias, novos materiais e de formas de cooperação entre o trabalho na reciclagem de produtos industrializados, com a refuncionalização do consumo da força de trabalho (a exemplo dos catadores de lixo incorporados ao processo de reciclagem do lixo como trabalhadores precarizados, não reconhecidos pelas indústrias desse ramo e pelas instituições municipais como partícipes do processo de produção (MOTA *et al.*, 2004).

Para Chesnais & Serfati (2003), as crises ambientais não significam fatores centrais de crise para o capitalismo, uma vez que o mercado transforma as poluições industriais, a degradação e escassez dos recursos naturais em possibilidades de novos campos de acumulação. Assim, a degradação da natureza se tornou uma imensa fonte de lucro, transformando-se também em campo de valoração para os rendimentos das ações no mercado financeiro.

Verifica-se, atualmente, o crescimento acelerado de uma indústria do desenvolvimento sustentável. O *ecobusiness* está rendendo respostas bem promissoras para o capital, com uma lista infinita de propostas para conter ou mitigar a degradação ambiental causada pela produção: reciclagem, energia limpa, uso e reuso da água, agricultura limpa, tecnologias de reposição e reaproveitamento, lixo, biocombustíveis, embalagens etc., (VASCONCELLOS, 2007) e, mais recentemente, o mercado de carbono. A ONU, no entanto, continuou com suas estratégias de discussão internacional sobre o meio ambiente humano e promoveu a ECO-92 no Rio de Janeiro, em 1992. Com esta Conferência efetivou-se a oficialização do discurso do desenvolvimento sustentável, divulgado desde os anos 1970 (LEFF, 2006).

Na ECO-92 foi elaborada a Agenda 21, como um programa global que institucionaliza e dá legitimidade às políticas de desenvolvimento sustentável. Ficou estabelecida, também, a Convenção sobre o Clima e a Proteção da Biodiversidade, pela qual os países acordaram limites para a emissão de gás carbônico, com exceção do governo dos Estados Unidos.

A ECO-92 representou, segundo Chesnais & Serfati (2003), a assunção dos direitos do capital sobre a natureza, pois, ainda que tenha reconhecido o direito dos camponeses e das comunidades de utilizarem e conservarem os recursos naturais e genéticos, não lhes concedeu o direito de propriedade sobre esses recursos. Ao contrário; o que ficou preconizado pela OCDE é que a privatização seria o melhor caminho para a preservação da biodiversidade, que colocaria a natureza como objeto de disputa e provocaria uma corrida para sua exploração em curto prazo. Assim, as privatizações são estimuladas e defendidas, a exemplo do que vem ocorrendo com a água.

Os acordos firmados na ECO-92 foram repactuados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, em 2002, quando os propósitos neoliberais foram apregoados pelas grandes corporações empresariais, com o benefício do mercado e das ONG e o estabelecimento da hegemonia da lógica mercantil no campo ambiental.

A realização da Rio +20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, reeditou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a discussão da mudança climática, da perda de biodiversidade, da desertificação e

do combate à fome. Contudo, mais uma vez, sem resultar em um compromisso político e econômico dos países participantes para garantir o acesso a água, energia e alimentos.

Depreende-se, por meio da trajetória descrita, que a institucionalização da questão ambiental vai perdendo seu poder transformador e mobilizador à medida que as políticas ambientais e sociais são subjugadas aos interesses mercantis.

Por todos esses processos, começou a estabelecer-se um consenso no meio empresarial sobre a importância de atender as preocupações sociais e públicas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento como estratégias para somar valor e rentabilidade aos negócios e para manter a competitividade no mercado, uma vez que os denominados ativos intangíveis, como marca e reputação, são termômetros do desempenho das empresas por parte do público de interesse (VALENZUELA, 2007). Ou seja, a atenção às questões socioambientais responde a interesses técnicos, financeiros e econômicos, e não considerar essas dimensões pode implicar em barreiras alfandegárias, em dificuldades na obtenção de crédito junto às instituições financeiras, e na falta de credibilidade junto ao público, com impacto nos resultados econômicos (MOLLE JUNIOR, 2004).

Um número crescente de investidores, diante da importância adquirida pelos temas da sustentabilidade, passou a integrar os critérios econômicos, ambientais e sociais às suas análises de mercado e tomá-los como um indicador para a gestão futura do negócio. Assim, em 1999, foi criado, pelas instituições estadunidenses Dow Jones Indexes e SAM Group, o primeiro indicador de desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade em nível global: o Dow Jones Sustainability Index World (BSCD PORTUGAL, 2008).

Atualmente, manter positivo o reconhecimento institucional, comunitário e social, repercute na valorização da marca, possibilitando o recrutamento de profissionais mais talentosos e qualificados, os quais preferem trabalhar em empresas que zelem pela qualidade de vida e direitos dos funcionários, além de atrair investimentos e garantir a disponibilidade de crédito por parte das instituições financeiras, que mantêm os critérios de responsabilidade socioambiental também como sinônimo de sustentabilidade financeira.

O marketing e o discurso empresarial, na direção apresentada, voltam-se para a criação de um aparente consenso entre as iniciativas empresariais, as ban-

deiras dos movimentos sociais e o controle público do meio ambiente, quando, na realidade, trata-se de um movimento de conversão da natureza em meio para o alcance da lucratividade, e não mais em riqueza social destinada à satisfação das necessidades humanas (MOTA *et al.*, 2004).

O discurso ideológico em torno da sustentabilidade socioambiental vem, ainda, ocultar o processo de obsolescência programada em relação aos bens de consumo duráveis, que visa encurtar deliberadamente a vida útil dos produtos, tendo em vista possibilitar o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no “redemoinho da circulação acelerada” (MÉSZÁROS, 1989, p. 43).

Concomitantemente, verifica-se a extinção de variadas formas de habilidades e de serviços de manutenção, tendo em vista compelir a compra de dispendiosos produtos que poderiam ser facilmente consertados (MÉSZÁROS, 1989). Nessa direção, observa-se a continuidade de um consumo acelerado, o que é totalmente incompatível com qualquer forma de preservação da natureza.

O discurso ideologizante da sustentabilidade sociambiental, dessa forma, escamoteia o aprofundamento da exploração do trabalho e das desigualdades sociais processadas no cerne da financeirização do capitalismo em sua versão mundializada. Assim, tornam opacas no plano do imediato a luta de classes e a disputa em torno de projetos societários diferenciados pelos interesses do capital e do trabalho.

Considerações finais

Conhecer o percurso histórico das correntes ambientalistas é essencial para situar a problemática ambiental no espaço e no tempo, possibilitando identificar nas discussões socioambientais atuais alguns traços e ideias que surgiram de movimentos sociais e ambientais do passado. Este movimento possibilita, ainda, observar avanços e retrocessos no âmbito político-ideológico que permeiam a política ambiental e de desenvolvimento econômico na atualidade, tanto no mundo quanto no Brasil.

Este texto demonstrou o processo de conformação dos conceitos e discursos em torno do desenvolvimento sustentável e a trajetória de apropriação, pelo capital, de um movimento que nasceu como questionamento ao modelo capitalista, mas passou a ser justificador desse mesmo processo produtivo, com medidas paliativas e que tiram de cena as verdadeiras razões das questões ambientais e sociais.

Há que se considerar que os interesses financeiros e econômicos exercem um fortíssimo poder de influência sobre todas as demais arenas sociais, impondo-se sobre as possibilidades de avanços no campo social e ambiental, ao limitar ou enfraquecer as forças políticas e instituições que poderiam fazer frente aos impactos socioambientais. Dessa maneira, sob os discursos e práticas da Responsabilidade Socioambiental, a lógica do mercado impera sobre todas as questões cotidianas, apropriando-se e refuncionalizando as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais.

Recebido em julho de 2015

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

ALCANTARA, G. O & LEITE, J.L. A Responsabilidade Socioambiental como espaço de atuação profissional para o Serviço Social. In: **Revista Debate & Sociedade**. v 1, p 95-110. ISSN 2237-3276. 2011.

ALIER, J.M. Correntes del ecologismo. *In: El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria Editorial, 2004. p. 15-32.

AMARAL, S.P. **Sustentabilidade Ambiental, social e econômica nas empresas: como entender, medir e relatar**. São Paulo: Totalino, 2004.

ANDRADE, J.B.T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04*. Brasília: NED/CEAD – Universidade de Brasília, 2000.

BSCD PORTUGAL. Dow Jones Sustainability Indexes. Disponível em <http://www.bscdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=81&tpPage=Print>. Acesso em 28.01.2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. *In: Revista Outubro*, nº 5, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

CHESNAIS, F. & SERFATI, C. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *In: Revista Crítica Marxista*. nº 16, São Paulo: Revan, 2003.

COMIN VARGAS, H. População e Meio ambiente na Entrada do Terceiro Milênio: em busca de uma nova ética. *In: Anais*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998.

DIEGUES, A.C.S. Escolas Atuais de pensamento Ecológico e a Questão das Áreas Protegidas. *In: O mito moderno da natureza Intocada*. São Paulo:

Annablume/Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. p. 39–47.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *In: Critica Marxista*. nº 12. São Paulo: Revan, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. *In: Anais*. I Congresso Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOLLE JUNIOR, L. Regulamentação da Indústria do Petróleo: estudo de caso sobre a criação da Resolução CONAMA 293 – um modelo a ser adotado. **Dissertação de Mestrado** em Sistemas de Gestão. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2004. Mimeo.

MOTA, A.E. *et al.* **Capitalismo Contemporâneo e Meio Ambiente**: as indústrias de reciclagem, o trabalho de catadores de lixo e a ação do estado. *In: Anais*. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004.

PONTES, R.N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a**

categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO, M. F. S. & FREITAS, C. M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. *In: Cadernos de Saúde Pública.* 13 (Supl. 2). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 59-72.

SOUZA, W.G. A Educação Ambiental e Sustentabilidade. *In: Revista Sustentabilidade,* 2008. Disponível em: http://www.vivagreen.com.br/art_print.php?idproduto=10. Acessado em: 27.06.2010.

VALENZUELA, J.R.L. La Responsabilidad social empresarial y México en la globalización. *In: Anais.* IX Reunión de Economía Mundial. Madri, abr. 2007.

VASCONCELLOS, L. C. F. Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma Política de Estado. **Tese de Doutorado.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. 2007.

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.